

Plano prevê queda dos juros para 13,3% somente em 2001

No ano que vem, o programa de ajuste prevê taxas médias de 21,89% e de 16,88% no ano 2000

LILIANA ENRIQUETA LAVORATTI
e RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA – O governo elaborou o programa de ajuste fiscal considerando que a taxa de juros – média Selic – ficará em 21,89% em 1999, cairá para 16,88% no ano seguinte e alcançará 13,37% em 2001. A confirmação dessa premissa será fundamental para estabilizar a dívida interna líquida do setor público em 44,4% do Produto Interno Bruto (PIB) no ano 2001.

A projeção não significa que o Banco Central vá cumprir essa trajetória na queda das taxas. Os juros “não deverão cair já”, informou ontem o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Amaury Bier. Ele disse que a adoção do ajuste fiscal apresentado ontem pelo governo permitirá “manter uma tendência de queda dos juros ao longo dos próximos três anos”.

Segundo as previsões oficiais, os juros nominais passarão dos cerca de 43% ao ano em outubro para pouco mais de 20% daqui 12 meses. Em outubro do ano 2000, os juros nominais estarão em cerca de 17%, caindo para cerca de 14% em 2001.

Bier disse que todo o programa de ajuste fiscal foi montado em cima de uma condicionante básica: estabilizar a relação entre a dívida e o PIB. Mesmo com o uso de recursos da privatização para abater o endividamento, a dívida líquida do setor público (União, Estados, municípios e estatais) passou de 29,2% do PIB em dezembro de 1994 para 38,1% em junho último. A previsão do governo é que termine este ano em 41,9% do PIB. O forte aumento foi provocado, principalmente, pe-

las altas taxas de juros determinadas pelo próprio governo nos últimos anos.

Foi o nível da relação entre a dívida pública e o PIB considerado suportável para o Brasil que definiu as metas de superávit primário para todo o setor público de 2,6% do PIB em 1999, 2,8% em 2000 e 3% em 2001. O superávit primário é a sobra das receitas em relação às despesas que vem sendo usada para pagar parte dos juros da dívida.

Isso permite deduzir que, se o superávit primário de 2,6% do PIB for atingido em 1999, o déficit nominal – que inclui os gastos com juros da dívida – deverá cair dos atuais 7% para 4% do PIB. A equipe econômica almeja chegar em 2001 com um déficit nominal de apenas 2%. Os gastos do setor público com juros ficarão em 6,6% do PIB em 99, em 5,4% no ano 2000 e em 5% em 2001.

A trajetória da dívida pública nos próximos três anos também pressupõe que o PIB cairá apenas 1% em 1999 – o mercado prevê uma recessão maior, de 2% –, crescerá 3% no ano seguinte e aumentará outros 4% em 2001. No mesmo período, a inflação

NÃO HÁ
GARANTIA DE
QUE O BC SIGA
ESSA PROJEÇÃO

ficaria em média em 2% ao ano.

Outros fatores também vão influenciar o grau de endividamento do País. Entre eles estão as receitas da privatização – calculadas em R\$ 24,7 bilhões em 1999 e R\$ 16,4 bilhões em 2000 –, que deverão ser destinadas a reduzir o grau de endividamento do setor público.

Segundo o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, o que vai elevar de 41,9% para 44,9% a relação dívida-PIB, de 1998 para 1999, será a incorporação de passivos da União – os chamados “esqueletos” – ao estoque atual da dívida pública. Por conta disso, no próximo ano serão adicionados ao estoque R\$ 15,2 bilhões e outros R\$ 6,8 bilhões em 2000.